

Center Norte conquista Selo Prata do GHG Protocol

Até 2030 o empreendimento promete reduzir 20% de suas emissões

A Cidade Center Norte conquistou o Selo Prata do programa brasileiro GHG Protocol. O reconhecimento atesta a transparência e a gestão técnica do inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) do complexo e reforça seu compromisso com o desenvolvimento urbano e socioambiental da Região Norte de São Paulo. O bairro, planejado, integra os Shoppings Center Norte e Lar Center, Expo Center Norte, a incorporadora Center Norte INC. e o Novotel Center Norte, além do Instituto Center Norte, seu pilar social.

É compromisso da Cidade Center Norte alcançar a meta de redução de 20% de suas emissões até 2030 contemplando os escopos 1 e 3, emissões diretas (queima de combustíveis em frota própria, emissões de aparelhos de ar-condicionado, entre outros) e indiretas (emissões por meio de fornecedores ou clientes, tais como, produção de matérias-primas adquiridas, transporte, descarte de produtos etc). Já para as emissões referentes à energia elétrica (escopo 2), desde 2021 a companhia faz



o uso de 100% da energia de fontes renováveis com certificação I-REC, reduzindo o impacto climático de suas operações.

Para a organização Center Norte, a conquista do selo “é resultado da transparência e divulgação das iniciativas, vinculadas à estratégia de sustentabilidade da companhia, que busca acelerar o desenvolvimento socioambiental do entorno, gerando impacto positivo e criando um legado para a Zona Norte”. Entre essas estão a eletrificação de toda a frota e equipamentos de segurança, estacionamento e limpeza, eliminando totalmente os combustíveis fósseis dessas atividades. Além disso, a Cidade Center Norte

alcançou a neutralidade de carbono das emissões residuais, viabilizada por meio da aquisição de créditos de carbono de projetos de energia eólica.

“Esta conquista é um reflexo direto do compromisso da Cidade Center Norte em integrar a sustentabilidade à essência do nosso negócio, diretriz aplicada em todos os nossos empreendimentos, e materializa nossa responsabilidade com uma operação cada vez mais eficiente e sócio responsável. Movimentos como este evidenciam na prática que é possível unir o crescimento dos negócios ao impacto positivo de uma região, especialmente na Zona Norte de São Paulo”,

afirma Daniela Pavan, diretora de sustentabilidade da Cidade Center Norte e do Instituto Center Norte.

Famílias vulneráveis

Na frente da economia circular, a companhia alcançou a marca de 100% de desvio de resíduos de aterros sanitários, transformando a gestão de resíduos em uma alavanca de impacto socioambiental. Parte dos resíduos orgânicos gerados nos empreendimentos da Cidade Center Norte é destinada e transformada em adubo, usado na Horta Social da Cidade Center Norte, para a produção de hortaliças que são doadas a famílias vulneráveis e instituições da região da Zaki Narchi.

O modelo de negócio sustentável garante, ainda, que toda a receita gerada pela venda de materiais recicláveis — coletados ativamente junto a lojistas, restaurantes e eventos produzidos dentro do complexo — seja revertida integralmente para o pilar social da organização, o Instituto Center Norte. Esse recurso impulsiona iniciativas de geração de renda, empreendedorismo e inclusão produtiva para a comunidade da região.

Carro está entre os três maiores gastos das famílias

Para 67% das famílias brasileiras, manter um carro está entre os três maiores gastos do ano, atrás apenas da alimentação, segundo levantamento da Serasa. Entre financiamento ou depreciação, seguro, combustível, manutenção, IPVA e estacionamento, o custo mensal de ter um veículo próprio é expressivo: embora o preço médio dos carros novotenhasofrido leve retração no último ano (fixando-se na casa dos R\$ 170 mil), esse valor acumulou uma alta de quase R\$ 40 mil entre 2020 e 2024, o que inflacionou em cadeia o custo de impostos, proteção e peças.

Em São Paulo, a JET oferece uma alternativa inteligente para os trajetos curtos do dia a dia. Enquanto o custo médio estimado para manter um carro rodando

na cidade fica entre R\$ 1.850 e R\$ 2.100, considerando combustível, IPVA, estacionamento e manutenção, o usuário da micromobilidade gasta uma fração disso. Na JET, o plano mensal custa a partir de R\$ 9,90. Mesmo somando o valor do uso contínuo (cerca de R\$ 150 para quem faz quatro viagens curtas por semana, por exemplo), o custo mensal do usuário fica na casa dos R\$ 160 para resolver seus trajetos equivalentes, sem se preocupar com trânsito ou veículo parado. “Todo mês, o carro cobra seu preço antes mesmo de sair da garagem: seguro, manutenção, combustível, estacionamento. A JET existe para dar aos usuários a possibilidade de pagar só pelo trajeto que eles realmente fazem”, diz Victor Coelho, gerente de Relações Públicas da companhia.

Brasil tem 2 milhões de trabalhadores por aplicativos

Cerca de 2 milhões de pessoas trabalharam por meio de aplicativos (apps) no país em 2025. A imensa maioria deles por conta própria, com jornadas semanais mais longas que os demais ocupados no setor privado e ganhando menos por hora trabalhada.

A constatação faz parte de uma edição sobre trabalho por meio de plataformas digitais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada na sexta-feira, 4, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IBGE buscou informações de pessoas com 14 anos ou mais que utilizam os aplicativos para realizar serviços de transporte e entregas.

O instituto classifica esses trabalhadores como “plataformizados”.

A pesquisa revela que o contingente de 1,959 milhão de trabalhadores por apps representavam 1,9% do total de ocupados no país. Cerca de 1,2 milhão de trabalhadores plataformizados utilizam apps de transporte de passageiros. Isso representa praticamente seis em cada dez plataformizados (58,9%).

A Pnad revela que a atividade econômica classificada como transporte, armazenagem e correios é a que tem maior participação de plataformizados, 75%. Ou seja, de cada quatro trabalhadores desse setor, três utilizam os apps (ABr).

Mercado Regulado de Carbono no Brasil avança: como se preparar

Nathalia Lima Barreto (*) e Nahima Peron Coelho Razuk (**)

Em dezembro de 2024, o Brasil publicou a Lei nº 15.042 que instituiu o Sistema Brasileiro de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). As empresas que emitem acima de 10.000 tCO₂e por ano deverão inventariar as suas emissões de gases do efeito estufa (GEE), apresentando plano de monitoramento e relato de emissões e remoções ao órgão gestor do SBCE. Acima de 25.000 tCO₂e por ano, as empresas terão o dever adicional de conciliação periódica, conforme os parâmetros do futuro Plano Nacional de Alocação.

A estimativa inicial do Ministério da Fazenda é de que mais de 2 mil operadores já se enquadrem na categoria de regras aplicáveis para emissões acima de 10.000 tCO₂e por ano.

Assim, o sistema funcionará pela lógica do *cap-and-trade*: atingindo-se o limite máximo de emissões, a empresa deverá adquirir ativos representativos de redução de emissão ou remoção de GEE para atender aos compromissos ambientais.

Em que pé estamos? Já foi criada a Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono no Ministério da Fazenda (SEMC/MF), que exercerá temporariamente as competências do órgão gestor do SBCE até a criação do órgão definitivo.

Também está em consulta pública, até 28 de agosto de 2026, a minuta de portaria que dispõe sobre as etapas de implementação das obrigações de submissão do plano de monitoramento e efetivo monitoramento, relato e verificação (MRV). A proposta estabelece um cronograma de acordo com o enquadramento dos setores econômicos nos códigos do CNAE.

Setores com maior relevância na emissão, como alumínio primário, ferro e aço, cimento, exploração e produção de petróleo e gás

natural, papel e celulose e transporte aéreo, poderão, já para 2027, ter que submeter seus planos de monitoramento ao órgão gestor do SBCE.

Portanto, três frentes de atuação parecem fundamentais. A primeira, no campo regulatório, consiste no acompanhamento e participação na formulação dos atos normativos iniciais do SBCE. São essas regras que definirão as exigências, metodologias, prazos e condições para negócios de ativos climáticos no Brasil.

A segunda, na esfera técnica, consiste nos esforços para compreensão e definição de metodologias claras, aplicáveis a cada setor econômico e compatíveis com a realidade ambiental e legislativa do Brasil, a fim de que haja uniformidade nos processos de inventários e competitividade dos projetos de carbono. Algumas entidades, como do setor de navegação e portos, suscitou a própria ABNT para uniformização das metodologias de inventários.

A terceira consiste numa agenda de preparação em que as empresas passem a incorporar o futuro custo do carbono às suas decisões. Com o inventário na mão, as empresas já podem se adiantar e identificar oportunidades de redução, seja com o objetivo de se enquadrar nas categorias da Lei nº 15.042, seja para reduzir futuras obrigações de aquisição de ativos de redução ou remoção de GEE.

Embora a obrigação de conciliação ainda dependa da definição do Plano Nacional de Alocação, a preparação não deve ser postergada. No SBCE, medir corretamente será o primeiro passo para reduzir emissões, administrar riscos e capturar oportunidades econômicas.

(*) - Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, é sócia do Razuk Barreto Valiati

(**) - Mestre Direito Econômico e Socioambiental. Presidente da Comissão de Mercado de Carbono do Instituto Brasileiro de Direito Regulatório, é sócia do Razuk Barreto Valiati.



nelson.tucci@netjen.com.br

Panorama Químico

O Instituto Nacional do Desenvolvimento da Química - IDQ lançou, em São Paulo, o estudo “Panorama do Complexo Químico Brasileiro e Agenda Estratégica”, elaborado pelas consultorias LCA Consultoria Econômica, com apoio da Macrotempo. O levantamento apresenta um diagnóstico do complexo químico brasileiro e propõe uma agenda de medidas para ampliar a sustentabilidade do setor, a capacidade produtiva, os investimentos, a inovação e a competitividade. O estudo mostra que a participação da produção nacional no consumo aparente doméstico caiu de 80%, em 2005, para 63%, em 2023, em um movimento acompanhado pelo avanço das importações e pela geração de um déficit comercial setorial superior a US\$ 40 bilhões anuais.

Panorama – II

Durante o lançamento, o diretor-presidente do IDQ, Marcelo Pimentel, destacou: “Nós estamos falando aqui de prosperidade, de desenvolvimento do país, de qualidade de vida para a população e do futuro da economia brasileira. A química é a base para o desenvolvimento de todo o restante da economia, é a base da indústria nacional, representando o 3º maior setor do PIB industrial e geradora de 2 milhões de empregos diretos, indiretos e efeito renda. Além disso, é responsável pelo pagamento de salários muito superiores à média da indústria e do restante

da economia, pelos maiores investimentos em P&D e ocupa a 6ª posição no ranking mundial”, afirmou.

Refeição/Intimista

Depois de anos marcados pela expansão do delivery e pela busca por conveniência, começa a ganhar força no foodservice brasileiro a retomada dos restaurantes intimistas. Com salões menores, atmosfera acolhedora, atendimento próximo e foco na experiência do cliente. A tendência acompanha a evolução do próprio mercado. De acordo com a 14ª Pesquisa Anual Setorial de Foodservice ABF/Galunion, 84% das redes de alimentação registraram crescimento de faturamento em 2024, enquanto 52% afirmam que pretendem expandir por meio de operações com menu reduzido, reforçando a busca por modelos mais eficientes e especializados.

Santander/Emprego

O Santander está com 230 vagas abertas em diferentes regiões do país para profissionais que atuarão em áreas estratégicas de relacionamento com clientes Pessoa Física e Pessoa Jurídica. As oportunidades estão distribuídas entre o segmento Select, voltado ao atendimento e à consultoria financeira para clientes de alta renda, além das frentes Business Banking I e Business Banking II, responsáveis pelo relacionamento com empresas de médio porte em todo o território nacional (<https://www.santander.com.br/hotsite/carreiras/>).



nelson.tucci@netjen.com.br

15.000 Normas

A Reforma Tributária está alterando a dinâmica e complexidade dos trabalhos dos departamentos fiscais e jurídicos com a sobrecarga e o excesso de dados. Constatação está em levantamento realizado pela Busca.Legal, *startup* especializada em Inteligência Artificial aplicada ao setor fiscal. O estudo aponta que 14.920 atos normativos de interesse tributário foram publicados no Brasil nos últimos doze meses — média de 1.243 atos por mês ou cerca de 57 novas publicações por dia útil, considerando apenas as capitais brasileiras no âmbito municipal.

Normas – II

“Isso significa que grande parte do esforço e do tempo das equipes é consumida no descarte de informações irrelevantes. O motivo é que 74% das normas não têm efeito algum. Em razão disso, funcionários deixam de focar estrategicamente no que realmente demanda uma ação imediata, o que é ruim para a produtividade das empresas”, enfatizou Fabio Rodrigues, cofundador da Busca.Legal e mestre em Ciências Contábeis. Com a Reforma Tributária, o desafio de monitorar e tomar decisões sobre mudanças na legislação tende a crescer.

Voos/Redução

A possibilidade de empresas aéreas internacionais reduzirem ou desistirem de ampliar voos para o Brasil

diante da nova tributação prevista para o transporte aéreo internacional, a partir de 2027, acende um alerta para toda a cadeia logística. Cerca de 30 manifestações de companhias, associações do setor e embaixadas já questionam o governo sobre a cobrança prevista na Reforma Tributária. Para a Associação Brasileira das Empresas de Transporte Internacional Expresso de Cargas (ABRAEC), uma eventual redução da oferta de voos pode afetar diretamente a capacidade logística do país, com reflexos sobre custos, prazos e competitividade das operações de comércio exterior e de remessas expressas.

Lave & Pegue

Seis anos depois de nascer em Copacabana, no Rio de Janeiro, com a proposta de tornar o serviço de lavanderia mais acessível, prático e próximo da rotina do consumidor, a Lave & Pegue Lavanderia propõe um novo desafio: ir além da roupa e se tornar uma plataforma de soluções de conveniência para a vida urbana. Em 2025, o segmento de Limpeza e Conservação apresentou o maior crescimento entre as categorias do franchising, avançando 16,8% e alcançando R\$ 2,5 bilhões. Para o CEO da Lave & Pegue, Bruno Leite, o movimento revela algo maior do que uma mudança no segmento de lavanderias. “O consumidor não está necessariamente procurando uma lavanderia. Ele está procurando tempo, praticidade e soluções que simplifiquem a rotina”.